

De 1889 a 1930, instituiu-se um período conhecido como Primeira República ou República Velha, que foi marcado pela permanência das oligarquias rurais e de latifundiários no Poder.

Nesse período, também ocorreu a Política do Café com Leite, que foi uma prática de revezamento de poder combinada entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais. Ou seja, a cada mandato, o poder seria alternado entre um representante de cada Estado: São Paulo (café, sua principal mercadoria da época) e Minas Gerais (leite). Assim, por óbvio, houve várias **fraudes eleitorais** para que esse sistema se mantivesse.

Esse sistema se perpetuou por algumas décadas, até que a Crise de 1929, também conhecida como a Quebra da Bolsa de Nova York, gerou reflexos negativos no Brasil, causando um forte descontentamento da burguesia e da classe operária. As questões sociais, então, começavam a ganhar cada vez mais força em razão das péssimas condições de trabalho que a Revolução Industrial impunha aos países do Ocidente.

Todo esse contexto gerou um desacerto na Política do Café com Leite, culminando com a tentativa do presidente Washington Luís (paulista) colocar um outro paulista no poder (Júlio Prestes) no mandato seguinte, quebrando com o sistema do Café com Leite. Insatisfeito com a situação, o Estado de Minas Gerais, em coligação com o Rio Grande do Sul, indicou o gaúcho Getúlio Vargas para ocupar a presidência da República no mandato seguinte.

Embora vencidos, causaram reboliço suficiente para que, posteriormente, uma junta militar tomasse o poder e o transferisse forçadamente a Getúlio Vargas, em processo que ficou conhecido como a Revolução de 1930 ou Revolução Vitoriosa. A partir de então, nasce um Governo Provisório, desprovido de Constituição.

Em 1932, ocorre a chamada Revolução Constitucionalista, liderada por paulistas que buscavam uma nova Constituição para o país. Esse movimento foi militarmente derrotado, mas suas ideias permaneceram em discussão.

Vale ressaltar que, em 1932, também nasceu a Justiça Eleitoral, foi permitido o voto feminino, secreto e direto, cujas bases foram alicerçadas na futura Constituição de 1934.